

**O HOMEM DE DANTE ALIGHIERI: UMA CONTRIBUIÇÃO  
MEDIEVAL PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DA  
DIGNIDADE HUMANA E DOS DIREITOS DELA DECORRENTES**

**EL HOMBRE DE DANTE ALIGHIERI: UNA CONTRIBUCIÓN  
A LA FORMACIÓN MEDIEVAL DE LA CONCIENCIA DE LA  
DIGNIDAD Y DERECHOS QUE LES SON DECURRENTES**

**THE MAN OF DANTE ALIGHIERI: A MEDIEVAL  
CONTRIBUTION TO THE FORMATION OF THE CONSCIENCE  
OF THE DIGNITY AND THE DECURRENT RIGHTS**

**Karine Salgado**

## **O HOMEM DE DANTE ALIGHIERI: UMA CONTRIBUIÇÃO MEDIEVAL PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DA DIGNIDADE HUMANA E DOS DIREITOS DELA DECORRENTES**

## **EL HOMBRE DE DANTE ALIGHIERI: UNA CONTRIBUCIÓN A LA FORMACIÓN MEDIEVAL DE LA CONCIENCIA DE LA DIGNIDAD Y DERECHOS QUE LES SON DECURRENTES**

## **THE MAN OF DANTE ALIGHIERI: A MEDIEVAL CONTRIBUTION TO THE FORMATION OF THE CONSCIENCE OF THE DIGNITY AND THE DECURRENT RIGHTS**

**Karine Salgado**

### **RESUMO**

A teoria política de Dante Alighieri abre ao homem uma nova perspectiva que encontra acolhida e efetivação a partir da Modernidade. A defesa da autonomia do poder político frente à Igreja vem acompanhada de uma delimitação da sua atuação. O poder temporal tem sua existência justificada no fim buscado pelo homem, fim que reflete a natureza humana de ser racional, livre. Só pela realização da liberdade em uma sociedade onde impera a justiça e a ordem é possível a felicidade humana. É o valor reconhecido ao homem que norteia a organização social e política. Assim, tem-se em Dante um importante passo em direção ao reconhecimento da dignidade humana cuja efetivação, por meio da atribuição e efetivação de direitos fundamentais, se dará no Estado de Direito.

Fecha de Recepción del Artículo: 10 de Octubre de 2009.

Fecha de Aceptación del Artículo: 10 de Diciembre de 2009.

\*Mestra e doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Professora da Universidade FUMEC. Email: karinesalgado@ig.com.br.

### **PALAVRAS CHAVE**

Dante Alighieri, dignidade humana, contribuição.

### **RESUMEN**

En la teoría política de Dante Alighieri se abre al entendimiento acerca del hombre una nueva perspectiva que encontró aceptación y eficacia en la modernidad. La defensa de la autonomía del poder político fuera de la iglesia está acompañada de una definición de sus acciones. El poder temporal ha justificado su existencia en las partes por el hombre, de modo que refleja la naturaleza humana de ser racional, libre. Sólo por la realización de la libertad en una sociedad donde reina la justicia y el orden es posible la felicidad humana. Es el valor reconocido al hombre que guía la organización social y política. Así, tenemos en Dante un paso importante hacia el reconocimiento de la dignidad humana, cuya realización, a través de la asignación y efectividad de los derechos fundamentales, será en el Estado de Derecho.

### **PALABRAS CLAVE**

Dante Alighieri, dignidad humana, contribución.

### **ABSTRACT**

The political theory of Dante Alighieri opens to man a new perspective which finds acceptance and effectiveness in Modernity. The defense of the autonomy of political power outside the church is accompanied by a definition of their actions. The temporal power has justified its existence in order sought by man, so that reflects human nature to be rational, free. Only through the realization of freedom in a society where justice and order reigns is possible for human happiness. It is the recognized value to the man who guides the social and political organization.

Thus, we have Dante in an important step toward the recognition of human dignity whose realization, through allocation and enforcement of fundamental rights, will be in the rule of law.

## KEY WORDS

Dante Alighieri, human dignity, contribution.

O ser humano só é tratado como tal quando lhe é reconhecido o seu valor fundamental e inquantificável, a dignidade humana. Esta é um valor fundamental para o Ordenamento Jurídico e norteia o tratamento jurídico dispensado à pessoa. A dignidade humana se efetiva por meio de direitos reconhecidos e garantidos a cada indivíduo, isto é, se desdobra em inúmeros direitos que, juntos, garantem o respeito ao ser humano, ao valor absoluto que ele expressa.

A construção da dignidade e de seus desdobramentos, isto é, direitos tidos como fundamentais para a sua proteção, se fez gradativamente e não se completa, posto que novos valores podem ser agregados a ela, vale dizer, podem ser entendidos, em função do momento histórico, como elementares para que o homem receba um tratamento compatível com sua condição de ser digno.

O reconhecimento do valor humano pressupõe a estruturação do poder político, instrumento fundamental para a efetivação da dignidade humana. O Estado de Direito enquanto Estado cujo poder político encontra-se limitado pelo Direito é o único modelo apto a concretizá-la através de todos os direitos fundamentais que lhe dão suporte e proteção.

Chegar, entretanto, à noção de Estado, de dignidade humana e aos direitos pertinentes ao seu reconhecimento exigiu, antes, uma compreensão da natureza humana e do valor que ela comporta, compreensão esta cujas raízes remontam à Antiguidade e à Idade Média.

No presente trabalho, pretende-se ressaltar o destaque dado à pessoa e ao valor que ela expressa no pensamento de Dante Alighieri, filósofo medieval que se põe como peça chave para a exaltação da natureza humana e seu papel eminentemente político perante a sociedade na qual se insere. A teoria do Estado de Dante se faz imprescindível nesta questão, pois não só permite o desenlace entre o poder temporal e o poder espiritual construído ao longo do Medievo, passagem obrigatória para a formação do Estado moderno, como também evidencia as finalidades deste, sua aptidão essencial ao bem comum, à realização do bem do homem, da liberdade.

Não há como se compreender o significado humano perante o Direito e o Estado atuais sem se levar em consideração a contribuição que a Idade Média, especialmente nos últimos séculos, dá ao tema, posto que é momento imediatamente anterior ao estabelecimento do Estado e que lança as bases para o amadurecimento futuro da consciência da dignidade e da necessidade de efetivação através de um poder político que a abraça como objetivo principal.

Dante Alighieri nasceu em Florença em 1265 em uma família nobre. Dedicou-se não só à literatura, mas também à filosofia, tendo vivenciado os debates que envolviam os acadêmicos. Dante participou da vida militar da cidade, à época muito ativa, e formou-se em medicina como meio necessário para ascender à vida política da cidade. Sua participação política se deu entre os anos de 1295 e 1300, período em que compôs o Conselho dos Cem. Esta atuação política lhe rendeu atritos com a Igreja de Bonifácio VIII que pretendia ocupar militarmente Florença. A ocupação ocorreu durante o período em que Dante estava em Roma, liderada pelo enviado do papa, Carlos de Valois, irmão de Filipe, o Belo. Dante foi condenado ao exílio e recusou algumas possibilidades de retornar a Florença, a

despeito de todo o seu sofrimento, por acreditar que merecia um retorno honroso, diferente das inúmeras humilhações que lhe eram impostas como condição de regresso.

A tensão entre a Igreja e o poder político vivenciada por Dante se reflete diretamente na sua compreensão de Estado e nas finalidades a ele atribuídas. Dela se depreende, por sua vez, a visão dantesca do homem, de sua natureza e seu papel na sociedade. São várias as obras em que o tema é abordado. Em 1306 Dante escreveu *Convívio*. Posteriormente, os temas políticos foram abordados nas *Epistolae*, cartas em defesa do Imperador Henrique VII de Luxemburgo<sup>1</sup> e, especialmente, na obra *Monarquia*.

A postura de Dante se altera substancialmente no decurso de tempo em que foram produzidas as suas obras políticas. Na *Monarquia*, Dante não se mostra mais cauteloso como nas primeiras, não poupando críticas, especialmente à Igreja, deixando transparecer não só suas convicções, mas suas experiências amargas de exílio e condenação.

As críticas à Igreja vêm sob a forma de uma esposa que quebra a aliança. Na Bíblia, é comum encontrar este tipo de recurso. O casamento é empregado em sentido metafórico para significar uma união que tem como elemento principal a fidelidade<sup>2</sup>. A Igreja, no contexto bíblico tomada como a esposa de Cristo, deve fidelidade a ele. Leon-Dufour explica que a Igreja, na visão bíblica, “a esposa de Cristo, não é somente o conjunto dos eleitos, mas que ela é a mãe dos mesmos, aquela por quem e em quem cada um deles nasceu” (Leon-Dufour, 2005, p. 307).

<sup>1</sup> Henrique VII invadiu a Itália no início do século XIV, período em que Dante já se encontrava exilado. Dante via em Henrique VII a possibilidade de um retorno a Florença pela derrota dos guelfos negros, o que de fato ocorreu, embora isso, por si só, não tenha sido suficiente para garantir a sua volta.

<sup>2</sup> São várias as passagens bíblicas nas quais se utiliza o casamento. Ele simboliza a aliança de fidelidade de um povo a Deus, como é possível se depreender no Cântico dos Cânticos, em Isaías, 62,5 e em Oséias, 2, 20.

Para Dante, a Igreja se vendeu, tornou-se negra, em clara menção ao Cântico dos Cânticos (CC, 1, 4), seus padres, seu líder, o papa, tornaram-se negros, a Igreja se corrompeu. Aliás, o Papa Bonifácio VIII é alvo direto de várias críticas e terá um lugar reservado na *Divina Comédia*.

Das críticas à postura da Igreja, mais voltada para questões mundanas que para o cuidado com as almas, mais negra que alva, já é possível antever a relação que Dante estabelece entre ela e o poder político e o papel reservado a este último. A autonomia do poder político frente ao espiritual é passo fundamental para a secularização do Estado e para a re colocação do homem e de seus fins frente a este poder.

Vale lembrar que, segundo a tradição medieval, os fins terrenos do homem eram desprezados em favor de um fim maior, a contemplação de Deus. O homem era entendido como um ser para Deus e tomado exclusivamente por esta perspectiva, o que não permitia uma discussão sobre a vida mundana, mero ponto de passagem, simples instrumento que conduziria ao único e verdadeiro fim do homem, Deus. Esta visão, bem simbolizada no pensamento agostiniano, apaga a relevância das questões políticas e, especialmente, de temas que envolvem a relação do poder com o povo a ele submetido. Toda instituição humana deveria servir ao fim maior e, conseqüentemente, estaria submetida à Igreja, guardiã da fé e curadora dos homens.

A virada ocorrerá a partir do século XII, quando as ásperas relações entre Igreja e poder trazem à tona a discussão. Outros elementos também alimentam o debate sobre temas ligados à política, isto é, temas voltados à vida mundana e aos fins que lhe são próprios. Dentre eles, é importante destacar o resgate do pensamento aristotélico, a retomada do estudo do direito romano, a implementação do comércio e a conseqüente reativação das comunas, elementos

que contribuem para que o homem se torne o foco da discussão e que dão ao período o título de humanismo do século XII (Chenu M.-D., 1997).

Fins humanos, a serem alcançados na vida terrena, tornam-se não só aceitáveis, mas amplamente debatidos ao lado, evidentemente, do fim maior do homem. A vida terrena deixa de ser meio e assume objetivos que são pertinentes a ela, objetivos que o homem traça para si, cuja responsabilidade pela concretização é inteiramente do homem. Assim, ele é posto diante do desafio de estabelecer seu fim e os meios adequados para atingi-lo.

As mudanças de ordem econômica, social e cultural desencadeiam um processo de reestruturação das formas de exercício de poder, calçadas em uma quantidade crescente de obras que debatem as relações entre poder temporal e espiritual e que oferecem aos governantes instruções sobre a forma de condução do poder, os chamados espelhos dos príncipes.

As defesas da independência do poder político se multiplicarão em figuras contemporâneas a Dante, como Guilherme de Ockham e João Quidort. Elas têm em mente, muitas vezes, o poder dos príncipes e antecipam a concepção de Estado nacional, como é o caso de Quidort. Dante, por outro lado, eleva a discussão do poder político e de sua relação com a sociedade ao plano universal, a despeito da difícil relação por ele vivenciada entre Florença e o papado. Isso não significa desapego à realidade histórica que lastreia todo o seu pensamento, mas apenas a convicção da idealidade de um governo universal como o único capaz de garantir a paz, a justiça e a liberdade.

Para Kelsen, em que pese ter Dante vivenciado os conflitos políticos de seu tempo, o ideal de império dantesco não tem origem na sua

experiência política, mas reflete sua convicção científica de um ideal de Estado para a salvação da humanidade “Conduzido pelo desespero diante de uma Itália dilacerada por grupos políticos rivais, o autor estimava que somente uma autoridade imperial forte poderia restabelecer a situação e trazer a paz” (Dal Ri Jr., 2004, p. 93).

Ademais, Dante encontra o correlativo histórico para a sua monarquia universal ideal, o Sacro Império Romano-Germânico, a seu ver, única instituição capaz de atender aos propósitos que se põe a um poder político. Gilson explica que o ideal dantesco não é uma utopia, ao contrário, encontra efetivação no Império Romano cuja continuidade é identificada com o Império de seu tempo. “El imperio universal no es una quimera, puesto que ha existido ya, pero ha sido arruinado por una especie de insurrección de los pueblos (...)” (Gilson, 1965, p. 55).

Dante parte do pressuposto de que toda ação se dirige a um fim e, ao superar o plano da individualidade, atinge a idéia de fim da sociedade, entendido este último como um fim que só poderá ser alcançado pela humanidade como um todo (Kant E., 1989)<sup>3</sup>. A felicidade é o fim a ser buscado pelos homens, mas só pode ser alcançado se contar com um meio indispensável, a paz.

O processo de universalização dos fins e o meio para a sua realização ficam claros na observação de Dante:

“Y, puesto que lo que se predica de la parte se predica también del todo, y el hombre particular se perfecciona en prudencia y sabiduría por la tranquilidad y el sosiego, está claro que

3 Neste aspecto, o pensamento de Kant encontra correlação direta com Dante. Kant também leva em consideração os fins humanos e os eleva ao plano da universalização, no qual a paz perpétua se coloca como ideal a ser buscado, ainda que entendido como uma idéia e como tal, inacessível na sua plenitude ao homem. A universalização encontra-se também presente sob a perspectiva de cada homem e seu valor absoluto, a dignidade humana, que só se efetiva plenamente quando todos e não somente alguns ou muitos a têm reconhecida e efetivada. Para Kant, a lesão a um ser humano pode ser sentida em todos, o que reforça a idéia de uma vida e um destino comum a toda a humanidade.



el género humano se encuentra en mayor libertad y felicidad en el sosiego y tranquilidad de la paz para realizar su propia obra, que es casi divina (...) De donde se concluye que la 'paz universal' es el mejor medio para nuestra felicidad (Alighieri D., 1998,).

Note-se que Dante toma o homem como um ser próximo a Deus, cuja obra pode ser considerada valorosa, quase divina, como ele expressamente ressalta. Vale dizer também que o processo de universalização operado por Dante parte do particular, isto é, o ser humano individualmente tomado, para se chegar ao gênero humano, ao qual são aplicadas as mesmas premissas e extraídas as mesmas conclusões.

Ora, se toda a humanidade está voltada para um único e comum fim, é de se desejar que ela tenha um único governante, na esteira do que havia considerado Aristóteles, citado por Dante:

“Afirma allí Aristóteles con venerable autoridad que, cuando varias cosas se ordenan a un mismo fin, conviene que una de ellas sea la que regule e gobierne y que lãs demás sean reguladas y gobernadas” (Alighieri D., 1998).

A paz pressupõe a unidade de governo, a superioridade do mesmo que dirime os conflitos, atua e se impõe como juiz. O pensamento de Dante não está desvencilhado da fé. Embora dirija duras críticas à Igreja e não reserve a ela uma posição de supremacia política perante o poder político, sua obra é fruto de seu tempo, do contexto medieval que não deixa espaço para doutrinas absolutamente laicas, que exige a presença constante de temas ligados à religião ou, pelo menos, a presença de Deus em temas de qualquer natureza.

Assim, o governante supremo e absoluto é Deus, o princípio, o príncipe (Alighieri D., 1998) que se impõe perante tudo e todos, inclusive o

imperador, monarca temporal. Mas a abordagem de Deus, passagem obrigatória, lhe serve de instrumento para a própria fundamentação do poder.

Como já dito, nos últimos séculos da Idade Média a discussão sobre o poder, tanto da Igreja quanto dos príncipes ganha intensidade. A despeito das divergências que podem ser encontradas entre o pensamento de alguns, como Egídio Romano, árduo defensor da superioridade do poder espiritual, e de outros, como Guilherme de Ockham e João Quidort, críticos da atuação do poder da Igreja na esfera política, há um ponto em comum que funde em um único tecido cultural todos os filósofos medievais, a convicção de que todo o poder vem de Deus, quer se encontre nas mãos de um príncipe, quer se encontre nas mãos do papa. Nenhum poder é puramente humano, como a Sagrada Escritura já ensinava.

São Bernardo já havia demonstrado isso e trabalhado a idéia neotestamentária dos dois gládios, símbolo dos dois poderes, o espiritual e seu braço temporal, cedido aos governantes para a defesa da Igreja (Claraval B. D., p. 91). A teoria dos dois gládios alimentou a idéia de que a Igreja era detentora de ambos e que conferia ao poder político o gládio material apenas para que este realizasse funções que não eram adequadas à essência da Igreja, isto é, a sua proteção física. A Igreja, portanto, seria a fonte imediata do poder temporal que teria em Deus sua fonte remota. Em outras palavras, todo o poder temporal derivaria do poder da Igreja, e não de Deus diretamente. Dante conserva a idéia da fundamentação divina para o poder, mas a utiliza como forma de repelir a participação da Igreja em questões ligadas aos poder político.

Assim, o poder do imperador encontra sua fonte em Deus, como corrente no período, mas tal atribuição de poder se dá diretamente por Deus,

sem intermediários, isto é, sem a participação da Igreja. Com isso Dante subtrai o poder dos príncipes da Igreja por meio de sua elevação ao mesmo grau hierárquico desta última, vale dizer, ambos, poder temporal e espiritual, encontram sua fonte diretamente em Deus.

Tal postura confere uma autonomia sem precedentes ao poder dos príncipes, mas seu alcance é muito maior e mais significativo:

“Isso significa reconhecer que as obras do ser humano poderiam ser legítimas por si mesmas, assim como que os objetivos de Deus poderiam se realizar na história antes e além de qualquer reconhecimento por parte da Igreja. (...) O poder temporal passa a ser visto como não tendo a sua origem no poder espiritual, mas somente recebendo deste a capacidade de atuar no mundo com maior eficácia” (Dal Ri Jr., 1952, p. 104). A realização da paz, da liberdade e da justiça se dá quando o Império se faz governar pela razão. A simples constituição do Império universal não garante a efetivação do fim que justifica a sua existência. É por isso que as leis válidas no Império devem ser expressão da razão e não da vontade do monarca. O justo está diretamente relacionado à retidão e se realiza por um governo que preza pela objetividade, pela neutralidade em relação aos apetites.

A discussão política permite a apreciação do homem por uma perspectiva diversa daquela que amiúde se constata no Medievo. O homem assume fins próprios, pertinentes a sua existência mundana que exigem de forma imperativa a sua realização pelo Estado. A ele é conferido um valor não diretamente vinculado a Deus, valor que precisa ser reconhecido e efetivado pelo próprio homem através da organização social.

Destarte, o aspecto político do ser humano, que reflete a sua natureza, a sua essência e a exteriorização desta se revela. Há no homem uma

dualidade de fins que se reflete na organização mundana. Só o homem tem em sua natureza o corruptível e o incorruptível. Enquanto homo animalis, o homem se volta para a felicidade terrena. Enquanto homo spiritualis, ele se volta para a finalidade maior, a contemplação de Deus.

Vale dizer que a dualidade de fins que deixa exposta a natureza humana e que remete imediatamente ao pensamento de Santo Tomás, traz elementos diferenciadores e interessantíssimos em Dante, uma vez que sua compreensão de felicidade terrena se distancia da tomista.

O homem de Dante é um ser racional e livre que, por sua natureza, vive em sociedade e precisa de ordem para um convívio harmônico. Como já demonstrado, a paz é fundamental para a realização do fim mundano do homem. A felicidade, cujos pressupostos são a justiça e a paz, exige a participação política do homem para a sua concretização. É por ela que se viabiliza a própria realização da essência humana.

A razão humana é o diferencial e o elemento capaz de conduzi-lo à felicidade na sociedade, mas para tanto, é preciso que esta razão atue: “chi dalla ragione si parte, e usa pur la parte sensitiva, non vive uomo, ma vive bestia” (Alighieri D., 1998).

Como observa Arno Dal Ri Jr.:

(...) “Dante exaltava o intelecto do ser humano, apresentado-o como capaz de autonomamente conduzir a sociedade humana à felicidade, uma exaltação que, naquele período, passava a se revestir de um caráter eminentemente político, em nítido contraste com o discurso adotado pela Igreja” (Dal Ri Jr., 2004, p. 98).

Também a liberdade é tomada sob a perspectiva do convívio social e do fim único da humanidade, a felicidade. A liberdade distancia o homem dos



animais e se traduz na capacidade de não determinação pelos apetites. Para Dante, o maior dom concedido por Deus ao homem (Alighieri D., 1998). Por meio dela se viabiliza a felicidade terrena e também a celestial.

Dado que a liberdade é dom de Deus e instrumento para a concretização dos seus fins, o homem e toda a humanidade viverão melhor quanto mais liberdade tiverem e o espaço para a realização desta liberdade é a sociedade politicamente organizada. Cabe ao poder político a garantia da liberdade humana como meio para a realização dos seus fins.

A teoria política de Dante abre ao homem uma nova perspectiva que encontra acolhida e efetivação a partir da Modernidade. A defesa da autonomia do poder político frente à Igreja vem acompanhada de uma delimitação da sua atuação. O poder temporal tem sua existência justificada no fim buscado pelo homem, fim que reflete a natureza humana de ser racional, livre. Só pela realização da liberdade em uma sociedade onde impera a justiça e a ordem é possível a felicidade humana. É o valor reconhecido ao homem que norteia a organização social e política. Assim, tem-se em Dante um importante passo em direção ao reconhecimento da dignidade humana cuja efetivação, por meio da atribuição e efetivação de direitos fundamentais, se dará no Estado de Direito.



## BIBLIOGRAFIA

ALIGHIERI, D. (1998). *A Divina Comédia. Paraíso*. Trad. Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.

ALIGHIERI, D. (1952). *Convivio*. Milano: Rizzoli.

ALIGHIERI, D. (2004). *Monarquia*. Trad. Laureano Robles Carcedo et al. Madrid: Tecnos.

BARON, H. (1993). *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Princenton: Princenton University Press.

CLARAVAL B. D. *De Consideratione ad Eugenium Papam*. In: SOUZA, J. A. de C. R. BARBOSA, MORAIS J. O. *Reino de Deus e o Reino dos Homens. As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

BROCCHIERI, M. F. B., PARODI, M. (2005). *Storia della Filosofia Medievale*. 5ª. ed. Roma: Laterza.

CHENU, M.-D. (1997). *Nature, Man and Society in the Twelfth Century*. Trad. Jerome Taylor e Lester Little. Toronto: University of Toronto Press.

CONGAR, Y. (1997). *Igreja e Papado*. Trad. Marcelo Rouanet. São Paulo: Loyola.

DAL RÍ JR., A. (2004). *A secularização do Estado e o humanismo medieval*. In: BOMBASSARO, L.

C., DAL RÍ JR, A., PAVIANI, J. (orgs.) (2004). *As Interfaces do Humanismo Latino*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

GILSON (1965). *Las Metamorfosis de la Ciudad de Dios*. Trad. Antonia García Sánchez. Madrid: Rialp.

KANT, E. (1989). *A Paz Perpétua*. Trad. Marco Zingano. São Paulo: LPM.

LE GOFF, J. (2007). *As Raízes Medievais da Europa*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes.

LEON-DUFOUR, X. (2005). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Trad. Simão Voigt. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes.

## **EL HOMBRE DE DANTE ALIGHIERI: UNA CONTRIBUCIÓN MEDIEVAL PARA LA FORMACIÓN DE LA CONCIENCIA DE LA DIGNIDAD HUMANA Y DE LOS DERECHOS DE ELLA DERIVADOS**

**Karine Salgado\***

### **RESUMEN**

La teoría política de Dante Alighieri abre al hombre una nueva perspectiva que es aceptada y eficaz a partir de la modernidad. La defensa de la autonomía del poder político fuera de la iglesia está acompañada de una definición de sus acciones. El poder temporal ha justificado su existencia en las partes por el hombre, de modo que refleja la naturaleza humana de ser racional, libre. Sólo la realización de la libertad en una sociedad donde reina la justicia y el orden es posible la felicidad humana. Es el valor reconocido al hombre que guía la organización social y política. Así, tenemos a Dante en un paso importante hacia el reconocimiento de la dignidad humana, cuya realización, a través de la asignación y ejercicio de los derechos fundamentales, será en el Estado de Derecho.

### **PALABRAS CLAVE**

Dante Alighieri, dignidad humana, contribución.

El ser humano es sólo considerado como tal cuando se le reconoce su valor fundamental e incalculable, la dignidad humana. Este es un valor fundamental para el Sistema Jurídico y orienta el tratamiento legal otorgado a la persona. La dignidad humana se realiza por medio de los derechos reconocidos y garantizados para cada individuo, es decir, se extiende en muchos derechos que, en conjunto, garantizan el respeto al ser humano, al valor absoluto que él expresa.

\* Master y doctora por el Programa de Postgrado de la Facultad de Derecho de la UFMG. Profesora de la Universidad FUMEC. Correo electrónico: karinesalgado@ig.com.br.

La construcción de la dignidad y sus consecuencias, es decir, los derechos considerados esenciales para su protección, se ha hecho de manera gradual y no se completa, ya que los valores se pueden añadir nuevas a la misma, o sea, puede ser entendido como una función del momento histórico, como elementales para que el hombre reciba un trato compatible con su condición de ser digno.

El reconocimiento del valor humano presupone la estructura del poder político, una herramienta vital para la realización de la dignidad humana. El Estado de Derecho como Estado cuyo poder político está limitado por la ley es el único modelo capaz de realizarla a través de todos los derechos fundamentales que le dan apoyo y protección.

Llegar, sin embargo, al concepto de Estado de la dignidad humana y a los derechos referentes a su reconocimiento requiere, en primer lugar, una comprensión de la naturaleza humana y el valor que contiene, esta comprensión que tiene sus raíces en la antigüedad y en la Edad Media. En el presente trabajo se pretende centrar el interés en la persona y el valor que expresa el pensamiento de Dante Alighieri, filósofo medieval que se erige como la piedra angular de la exaltación de la naturaleza humana y de su papel eminentemente político de la sociedad en que inserto. La teoría del Estado de Dante es indispensable en esta cuestión, porque no sólo permite que el resultado del poder temporal y poder espiritual construido durante la Edad Media, pasaje obligatorio para la formación del Estado moderno, sino que también evidencia las finalidades de este, su aptitud esencial al bien común, a la realización del bien del hombre, de la libertad.

No hay manera de entender el significado humano ante el Derecho y el Estado sin tener en cuenta la contribución que la Edad Media,

especialmente en los últimos siglos, da al tema, puesto que es inmediatamente antes del establecimiento del Estado y que sienta las bases para la maduración futura de la conciencia de la dignidad y la necesidad de medios eficaces de poder político que la abarca como objetivo principal.

Dante Alighieri nació en Florencia en 1265 en una familia noble. Se dedicó no sólo a la literatura, sino también a la filosofía, después de haber experimentado la participación de los debates académicos. Dante tomó parte en la vida militar de la ciudad, en la época muy activa, y se graduó en medicina como un medio necesario para ascender a la vida política de la ciudad. La participación política se llevó a cabo entre los años 1295 y 1300, durante el cual compuso el Consejo de los Cien. Esta actuación le valió problemas políticos con la Iglesia de Bonifacio VIII, que querían ocupar militarmente Florencia. La ocupación se produjo durante el período en que Dante estaba en Roma, encabezada por el enviado del Papa, Carlos de Valois, hermano de Felipe, el Hermoso. Dante fue condenado al exilio y negó una serie de posible regreso a Florencia, a pesar de todo su sufrimiento, porque creía que merecía un regreso honorable, a diferencia de las muchas humillaciones que se le impusieron como condición para la vuelta.

La tensión entre la Iglesia y el poder político experimentado por Dante se refleja directamente en su comprensión de Estado y de los propósitos que le asigna. De ella se deduce, a su vez, la visión de Dante del hombre, su naturaleza y papel en la sociedad. Hay varias obras en las que se aborda el tema. En 1306 Dante escribió *Convivio*. Más tarde, las cuestiones políticas se abordan en las *Epistolae*, cartas en la defensa del emperador Enrique VII de Luxemburgo<sup>1</sup>, y especialmente en la obra *Monarquía*.

La actitud de Dante se cambia radicalmente en el curso del tiempo en que se han producido sus obras políticas. En *Monarquía*, Dante ya no se muestra cauteloso como en las primeras, sin escatimar críticas, especialmente a la Iglesia, que revela no sólo sus creencias, pero su amarga experiencia en el exilio y la condena.

Las críticas a la Iglesia vienen en la forma de una mujer que rompe el pacto. En la Biblia, es común encontrar este tipo de recursos. La boda es empleada en un sentido metafórico para significar una unión que tiene como elemento principal la lealtad<sup>2</sup>. La Iglesia en el contexto bíblico tomada como esposa de Cristo, le debe lealtad a él. Leon-Dufour dijo que la Iglesia, del punto de vista bíblico, “la esposa de Cristo, no es sólo el conjunto de los elegidos, pero ella es la madre de ellos, aquella por quien y en quien cada uno de ellos nació” (Leon-Dufour X., 2005, p. 307).

Para Dante, la iglesia fue vendida, se puso negra, en clara referencia al *Cantar de los Cantares* (CC, 1, 4), sus sacerdotes, su líder, el Papa, se puso negro, la iglesia fue dañada. Por otra parte, el Papa Bonifacio VIII es blanco directo de muchas críticas y va a tener un lugar reservado en la *Divina Comedia*.

De las críticas a la posición de la Iglesia, más preocupada con los asuntos mundanos, que con el cuidado de las almas, más oscura que blanca, es posible anticipar la relación que Dante establece entre ella y el poder político y el papel asignado a este último. La autonomía del poder político en contra de lo espiritual es un paso crucial hacia un Estado laico y para la recolocación del hombre y sus fines frente a este poder.

<sup>1</sup> Enrique VII invadió Italia en el siglo XIV, durante el cual Dante ya estaba en el exilio. Dante vio en Enrique VII la posibilidad de un retorno a Florencia por la derrota de los güelfos negros, lo que realmente ocurrió, aunque esto en sí mismo no era suficiente para garantizarlos.

<sup>2</sup> Hay varios pasajes bíblicos en los que utiliza la boda. Que simboliza la alianza de la lealtad de un pueblo de Dios, como puede verse en el *Cantar de los Cantares*, Isaías 62, 5 y Oseas, 2, 20.

Recuerda que, según la tradición medieval, el propósito terreno del hombre era despreciado en favor de un fin mayor, la contemplación de Dios. El hombre era entendido como un ser para Dios y que debía tomarse exclusivamente desde esta perspectiva, lo que no permitía una discusión sobre la vida mundana, simple herramienta que conduciría al único y verdadero fin del hombre, Dios. Esta visión, bien expresada en el pensamiento agustino, borra la pertinencia de los temas políticos y, sobre todo los temas relativos a la relación de poder con la gente que se refiere a la misma. Toda institución humana debería servir al propósito más grande y por lo tanto estaría sujeta a la Iglesia, guardián de la fe y la curadora de los hombres.

El cambio se producirá a partir del siglo XII, cuando las ásperas relaciones entre la Iglesia y poder abren el debate. Otros elementos también alimentan el debate sobre cuestiones relacionadas con la política, es decir, los temas relacionados a la vida mundana y los fines de su cuenta. Entre ellos, es importante hacer hincapié en la redención del pensamiento aristotélico, la reanudación de los estudios del derecho romano, la aplicación del comercio y la consiguiente reactivación de los municipios, los elementos que contribuyen a que el hombre se convierta en el centro de la discusión y que dan al período el título de humanismo del siglo XII (Chenu, M.-D., 1997).

Fines humanos, que deben alcanzarse en esta vida, se vuelven no sólo aceptables, pero ampliamente discutidos al lado, por supuesto, del fin más grande del hombre. La vida terrenal deja de ser medio y asume metas que son relevantes para la misma, metas que el hombre llama a sí mismo, cuya responsabilidad de aplicación es totalmente suya. Por lo tanto, tiene ante sí el reto de establecer un fin y los medios para lograrlo.

Los cambios en la vida económica, social y cultural provocan una reestructuración del ejercicio del poder, pavimentada en un número creciente de trabajos que analizan la relación entre el poder temporal y espiritual y que ofrecen a los gobiernos instrucciones sobre cómo llevar el poder, los llamados espejos de los príncipes.

Las defensas de la independencia del poder político se multiplican en tipos contemporáneos a Dante, como Guillermo de Ockham y Juan Quidort. Que tienen en mente, muchas veces el poder de los príncipes y anticipan la concepción del Estado nacional, como es el caso de Quidort. Dante, por otro lado, eleva el debate sobre el poder político y de su relación con la sociedad como un plan universal, a pesar de la difícil relación que vivió entre Florencia y el papado. Eso no significa indiferencia ante la realidad histórica que está presente en todo su pensamiento, pero sólo la convicción de la idealidad de un gobierno universal como la única forma de garantizar la paz, la justicia y la libertad.

Para Kelsen, a pesar de Dante haber experimentado conflictos políticos de su tiempo, el ideal del imperio de Dante no procede de su experiencia política, sino que refleja su convicción científica de un estado ideal para la salvación de la humanidad.<sup>3</sup> “Guiados por la desesperación de una Italia desgarrada por los grupos políticos rivales, el autor estima que sólo una autoridad imperial fuerte podría restablecer la situación y llevar la paz” (Dal Ri Jr. A, 2004, p. 93).

Por otra parte, Dante es el equivalente histórico de su monarquía ideal universal, el Sacro Imperio Romano-Germánico, en su opinión, la única institución capaz de cumplir con los

3 KELSEN. Die des Staatlehre Dante Alighieri. Apud. DAL RI JR. A secularização do Estado e o humanismo medieval. En: BOMBASSARO. DAL RI JR. PAVIANI. (orgs.) As interfaces do Humanismo Latino. p. 93.



propósitos que pone el poder político. Gilson explica que el Dante ideal no es una utopía, en cambio, es eficaz en el Imperio Romano, cuya continuidad se identifica con el Imperio de su tiempo. “El imperio universal no es una quimera, puesto que ya ha existido, pero ha sido arruinado por una especie de insurrección de los pueblos (...)” (Gilson, 1965, p. 55).

Dante supone que cada acción está dirigida a un fin, y al superar el nivel de la individualidad, alcanza la idea de fin de la sociedad, entendido este último como un orden que sólo puede ser alcanzado por la humanidad en su conjunto (Kant E., 1989)<sup>4</sup>. La felicidad es el fin a ser buscada por los hombres, pero sólo puede lograrse si se acompaña de un medio indispensable para la paz.

El proceso de universalización de los fines y los medios para su aplicación son claros en la observación de Dante:

”Y, puesto que lo que se predica de la parte a predicar también del todo, y el hombre particular se perfecciona en prudencia y sabiduría por la tranquilidad y el sosiego, está claro que el género humano se encuentra en mayor libertad y felicidad en el sosiego y tranquilidad de la paz para realizar su propia obra,, que es casi divina (...) De donde se concluye que la `paz universal´ es el mejor medio para nuestra felicidad” (Alighieri D., 1998).

Tenga en cuenta que Dante necesita un hombre para estar cerca de Dios, cuya obra puede ser considerada de valor, casi divina, como lo señala explícitamente. Cabe señalar también que el proceso de universalización operado por Dante parte de la persona, es decir, el individuo

4 En este sentido, el pensamiento de Kant es una correlación directa con Dante. Kant también tiene en cuenta los fines humanos y se eleva hasta el nivel de universalización, en el que la paz perpetua se erige como un ideal a ser buscado, incluso si se entiende como una idea y, como tal, inaccesible en su plenitud para el hombre. La universalidad también está presente desde la perspectiva de cada hombre y su valor absoluto, la dignidad humana, que sólo es plenamente eficaz cuando todos, no sólo algunos o muchos de los reconocidos y tener efecto. Para Kant, el daño a un ser humano puede sentir en todos, lo que refuerza la idea de una vida y un destino común para toda la humanidad.

humano en cuenta para llegar a la humanidad, que están bajo los mismos supuestos y llegado a la misma conclusión.

Sin embargo, si toda la humanidad se enfrenta a un único objetivo común, es de esperar que ella tenía un solo gobernante, en la estela de lo que se consideraba Aristóteles, citado por Dante: “Afirma allí Aristóteles con venerable autoridad que, cuando varias cosas se ordenan a un mismo fin, conviene que una de ellas sea la que regule y gobierne y que las demás sean reguladas y Gobernadas” (Alighieri D., 1998).

La paz requiere la unidad de gobierno, la superioridad de la que resuelve los conflictos, y actúa como un juez. El pensamiento de Dante no está desligado de la fe. Aunque critique duramente la Iglesia y no reserve a ella una posición de supremacía política ante el poder político, su obra es el fruto de su época, del contexto medieval que no deja lugar a doctrinas absolutamente laica, que exige la presencia constante de temas relacionados con la religión o por lo menos, la presencia de Dios en los asuntos de cualquier naturaleza.

Así, el gobernante supremo y absoluto es Dios, el principio, el príncipe (Alighieri D., 1998) que se impone ante todo y todos, incluido el emperador, monarca temporal. Pero el enfoque de Dios, pasaje obligatorio, es un instrumento para su propio fundamento de poder.

Como se dijo en los últimos siglos de la Edad Media, la discusión de poder, tanto de la iglesia como de los príncipes se intensificó. A pesar de las diferencias que puedan existir entre el pensamiento de algunos, como Egidio Romano, un ardiente defensor de la superioridad del poder espiritual, y otros, como Guillermo de Ockham y Juan Quidort, los críticos de la ejecución del poder de la Iglesia en la esfera política, hay un punto en común que funde en un único tejido



cultural todos los filósofos medievales, la creencia de que todo poder viene de Dios, si está en manos de un príncipe o si se encuentra en las manos del Papa. Ningún poder es puramente humano, como la Biblia ha enseñado.

San Bernardo ya había demostrado eso y trabajado la idea neotestamentaria de las dos espadas, símbolo de los dos poderes, el espiritual y su brazo temporal, asignados a los gobernantes a defender la Iglesia (Claraval B. D., p. 91). La teoría de las dos espadas ha alimentado la idea de que la iglesia sostenía ellos, y que el poder político era conferido a la espada material sólo para llevar a cabo funciones que no eran adecuados a la esencia de la Iglesia, es decir, su protección física. La Iglesia, por lo tanto, sería la fuente inmediata del poder temporal que tendría en Dios su fuente remota. En otras palabras, todo el poder se derivaría del poder temporal de la Iglesia y no a Dios directamente. Dante conserva la idea de la razón divina para el poder, pero la utiliza como una forma de rechazar la participación de la Iglesia en cuestiones relacionadas con el poder político.

Así, el poder del emperador, tiene su fuente en Dios, como en el período actual, pero este poder es dado directamente por Dios, sin intermediarios, es decir, sin la participación de la Iglesia. Con eso Dante le resta el poder de los príncipes de la Iglesia a través de su elevación a la misma clasificación de estos últimos, es decir, poder temporal y poder espiritual, encuentran su fuente en Dios directamente.

Este enfoque proporciona una autonomía sin precedentes para el poder de los príncipes, pero su alcance es mucho mayor y más importante:

“Se trata de reconocer que las obras del ser humano pueden ser legítimas en sí mismas, así como las metas de Dios podría tener lugar en la historia antes y más allá de cualquier

reconocimiento por parte de la Iglesia. (...) El poder temporal se considera que no tiene su origen en el poder espiritual, pero sólo recibe de este la capacidad de actuar en el mundo más eficazmente” (Dal Ri Jr., p. 104).

La realización de la paz, la libertad y la justicia es cuando el Imperio está gobernado por la razón. El simple acto del Imperio Universal no garantiza la realización de la finalidad que justifica su existencia. Por esta razón, las leyes válidas en el Imperio deben ser una expresión de la razón y no la voluntad del monarca. El justo está directamente relacionado con la justicia y se lleva a cabo por un gobierno que se enorgullece de la objetividad, la neutralidad de los apetitos. El debate político permite la consideración del hombre por una perspectiva diferente de aquella que a menudo resulta en la Edad Media. El hombre tiene sus propios objetivos, pertinentes a su existencia mundana que requieren una ejecución obligatoria por parte del Estado. A él se le da un valor no vinculado directamente a Dios, una cifra que debe ser reconocida y efectuada por el hombre mismo a través de la organización social.

Así, se revela el aspecto político del ser humano, lo que refleja su naturaleza, su esencia y manifestación de esto. Hay en el hombre una dualidad de propósito que se refleja en la organización mundana<sup>5</sup>. Sólo el hombre tiene en su naturaleza lo corruptible y lo incorruptible. Como homo animalis, el hombre se vuelve a la felicidad terrenal. Como homo spiritualis, se vuelve hacia el objetivo más amplio, la contemplación de Dios.

Eso es, la dualidad de los fines que deja al descubierto la naturaleza humana y que remite inmediatamente al pensamiento de Santo Tomás, trae elementos interesantes y diferenciadores en

5 Santo. Tomas en la recuperación del movimiento de valoración de temas políticos en la influencia de Aristóteles, ha trabajado cuidadosamente la dualidad de los propósitos humanos.

Dante, ya que su comprensión de la felicidad terrena está lejos de la tomista.

El hombre de Dante es un ser libre y racional que, por su naturaleza, vive en sociedad y necesita de orden para una vida armónica. Como ya se ha demostrado, la paz es fundamental para lograr el fin del hombre mundano. La felicidad, cuyos supuestos son la justicia y la paz requiere la participación política del hombre para alcanzarlos. Es lo que permite la realización efectiva de la esencia humana.

La razón humana es el elemento diferencial y capaz de conducirlo a la felicidad en la sociedad, pero para ello, debemos actuar de la siguiente razón: “Chi si ragione si parte, e usa pur la parte sensitiva, non vive uomo, ma vive bestia” (Alighieri D., II, VII, 4).

Como se ha señalado por Arno Dal Ri Jr.:

(...) “Dante exalta la inteligencia del hombre, presentándolo como capaz de conducir de forma independiente la sociedad humana a la felicidad, una celebración que, en ese momento, pasó a ser de carácter esencialmente político, en agudo contraste con el discurso empleado por la Iglesia” (Dal Ri Jr. A., p. 98).

Además, la libertad se toma desde la perspectiva de la vida social y del fin único de la humanidad, la felicidad. La libertad distancia al hombre de los animales y se traduce en la capacidad de la no determinación de los apetitos. Para Dante, el mejor regalo dado por Dios al hombre (Alighieri D., 1998). A través de ella es posible la felicidad terrena y la celeste.

Teniendo en cuenta que la libertad es un don de Dios y un instrumento para alcanzar sus fines, el hombre y toda la humanidad vivirá mejor cuanto más libertad tenga y el espacio para la realización de esta libertad es la sociedad políticamente organizada. Cabe al poder político

garantizar la libertad humana como un medio para lograr sus fines.

La teoría política de Dante abre al hombre una nueva perspectiva que es aceptada y eficaz a partir de la modernidad. La defensa de la autonomía del poder político frente a la iglesia está acompañada de una definición de sus acciones. El poder temporal ha justificado su existencia en el fin buscado por el hombre, de modo que refleja la naturaleza humana de ser racional, libre. Sólo por la realización de la libertad en una sociedad donde reina la justicia y el orden es posible la felicidad humana. Es el valor reconocido al hombre que guía la organización social y política. Así, tenemos en Dante un paso importante hacia el reconocimiento de la dignidad humana, cuya realización, a través de la asignación y ejercicio de los derechos fundamentales, se realizará en el Estado de Derecho.



## BIBLIOGRAFÍA

- ALIGHIERI, D. (1998). *A Divina Comédia. Paraíso*. Trad. Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.
- ALIGHIERI, D. (1952). *Convívio*. Milano: Rizzoli.
- ALIGHIERI, D. (2004) *Monarquia*. Trad. Laureano Robles Carcedo et al. Madrid: Tecnos.
- BARON, H. (1993) *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Princenton: Princenton University Press.
- BERNARDO DE CLARAVAL. *De Consideratione ad Eugenium Papam*. In: SOUZA, J. A. de C. R.
- BARBOSA, MORAIS J. O. *Reino de Deus e o Reino dos Homens. As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- BROCCHIERI, M. F. B., PARODI, M. (2005). *Storia della Filosofia Medievale*. 5ª. ed. Roma: Laterza.
- CHENU, M.-D. (1997). *Nature, Man and Society in the Twelfth Century*. Trad. Jerome Taylor e Lester Little. Toronto: University of Toronto Press.
- CONGAR, Y. (1997). *Igreja e Papado*. Trad. Marcelo Rouanet. São Paulo: Loyola.
- DAL RI JR., A. (2004). *A secularização do Estado e o humanismo medieval*. In: BOMBASSARO, L. C., DAL RI JR, A., PAVIANI, J. (orgs.) (2004). *As Interfaces do Humanismo Latino*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- GILSON (1965). *Las Metamorfosis de la Ciudad de Dios*. Trad. Antonia García Sánchez. Madrid: Rialp.
- KANT, E. (1989). *A Paz Perpétua*. Trad. Marco Zingano. São Paulo: LPM.
- LE GOFF, J. (2007). *As Raízes Medievais da Europa*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes.
- LEON-DUFOUR, X. (2005). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Trad. Simão Voigt. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes.